



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007922-87.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Lyda Patricia Sabogal Paz**
Requerido: **TP-LINK TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A preliminar de incompetência do Juízo, suscitada em contestação pela ré, não merece acolhimento.

Com efeito, não se pode afirmar a priori que a decisão da causa dependerá necessariamente da realização de perícia, não bastando os termos apresentados pela autora para por si sós firmar convicção nesse sentido.

Rejeito, pois, a prejudicial argüida.

No mérito, é incontroverso que incidem à hipótese dos autos as regras do Código de Defesa do Consumidor, preenchidos que estão os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º do referido diploma legal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assentada essa premissa, observo que a autora postula a restituição da quantia paga pelo roteador que adquiriu e que apresentou vício que não foi solucionado, não obstante ter enviado o aparelho à assistência técnica.

Os fatos que alegou estão satisfatoriamente demonstrados nos documentos de fls. 07 (aquisição do produto), 11 (envio à assistência técnica).

Em contraposição, a ré limitou-se a asseverar que não constatou qualquer anormalidade no produto, após a análise de seu departamento técnico.

Por outro lado, não há nos autos laudo que demonstre o alegado pela ré.

Prova nesse sentido incumbiria a ela promover, seja em face do art. 6º, inc. VIII, do CDC (cumpre assinalar que as alegações da autora estão respaldadas em suficiente prova documental e são verossímeis), seja em face do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que a autora fizesse prova de fato negativo).

Mas ela não o fez e até por isso não se cogitaria da necessidade da produção de prova pericial para a solução do processo.

Assim, como o solitário argumento ofertado pela ré não contou com qualquer espécie de suporte, a conclusão que daí deriva é a de que a pretensão deduzida merece prosperar.

Ela está amparada no art. 18, § 1º, inc. I, do CDC, não lhe tendo sido apresentada contraposição consistente.

Todavia os cálculos de correção efetuados pela autora não deverão prosperar porquanto os juros de mora serão computados a partir da citação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$189,00, acrescida de correção monetária a partir do seu desembolso (julho de 2014), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação pela ré, elas terão o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 10 de janeiro de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**